

CAP. QOPM ALEX ERNO BREUNIG

**EMPREGO DE POLICIAIS MILITARES EM PARTIDAS DE FUTEBOL:
OBRIGATORIEDADE OU FACULDADE?**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientador de Metodologia:
Prof. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo:
Ten.-Cel. Eron Ulisses Donadello

CURITIBA

2008

É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar
Na verdade não há.

RENATO RUSSO

DEDICATÓRIA

A Deus, pelas incontáveis oportunidades apresentadas em minha vida.

A minha querida e amada esposa, **LILIAN**, pela paciência demonstrada durante a carreira e em especial pela compreensão, quando se viu privada de minha presença.

RESUMO

BREUNIG, Alex Erno. Emprego de Policiais Militares em partidas de futebol: obrigatoriedade ou faculdade? Curitiba: 2008. 58 p.

Estudo monográfico realizado com o fim de discutir sobre um tipo de policiamento comum na atualidade - o emprego de Policiais Militares no interior dos estádios de futebol, na cidade de Curitiba - no intuito de verificar sua adequação à legislação vigente e ao atendimento dos anseios da comunidade. Esta discussão foi realizada sob o primado de que a Polícia Militar do Paraná deve otimizar o emprego do efetivo existente, melhorando sua forma de aplicação e até deixando de realizar serviços que não configurem-se como de sua responsabilidade constitucional, levantando a reflexão sobre a questão de que deve-se bem desempenhar suas atividades pertinentes, sob o risco de, em realizando além de sua função, também atividades extras, não conseguir suportar a carga, não realizando a contento nem a sua atividade e nem a de outros segmentos. Utilizando-se de pesquisas de campo, com aproveitamento de experiências próprias e de outros Policiais Militares que atuam diretamente no policiamento em campos de futebol, bem como pesquisa documental e bibliográfica, foi apresentado as principais características deste tipo de policiamento, com uma breve ambientação histórica, referenciado os dispositivos legais afeitos, trazido dados estatísticos e elaborado sugestões de aplicação do policiamento e de formas de realização da segurança interna nos estádios por entidade privadas. Partindo-se desses fundamentos legais e teóricos, bem como dos dados estatísticos e da aplicação de questionário, foi demonstrada a realidade da segurança pública na Capital do Estado do Paraná, nos dias de partidas de futebol profissional que tiveram acentuado número de expectadores, traçando-se um paralelo com dias em que não houve partidas e com dia em que houve show artístico de grande envergadura, no intuito de aferir o impacto destes eventos na segurança pública. Na parte conclusiva do trabalho, foram elaboradas sugestões, orientações e estratégias tendentes a possibilitar a formação de um quadro da situação, que possibilite ao Comando da Polícia Militar do Paraná a tomada de decisão no tocante à continuidade ou não da realização deste tipo de policiamento, nos moldes atuais ou com adaptações.

Palavras-chave: Policiamento. Futebol. Estádios.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 -	Local onde deve ser aplicado maior efetivo PM.....	36
GRÁFICO 02 -	Grau de eficiência do policiamento no interior dos estádios de futebol.....	37
GRÁFICO 03 -	Grau de eficiência do policiamento na parte externa dos estádios de futebol	38
GRÁFICO 04 -	O efetivo da PM é suficiente para realizar a segurança, de forma satisfatória, dentro e fora dos estádios de futebol?.....	38
GRÁFICO 05 -	É missão da PM realizar a segurança interna dos estádios de futebol?	39
GRÁFICO 06 -	Locais com maior incidência de ocorrência PM.....	41
GRÁFICO 07 -	Comparativo de ocorrências na área do 12º BPM, campeonato paranaense	42
GRÁFICO 08 -	Comparativo de ocorrências na área do 12º BPM, campeonato brasileiro	42
GRÁFICO 09 -	Comparativo de ocorrências na área do 13º BPM, Copa do Brasil	43
GRÁFICO 10 -	Comparativo de ocorrências na área do 13º BPM, campeonato brasileiro	43
GRÁFICO 11 -	Comparativo de ocorrências na área do 20º BPM, campeonato paranaense	44
GRÁFICO 12 -	Comparativo de ocorrências na área do 20º BPM, campeonato brasileiro	44
GRÁFICO 13 -	Comparativo de ocorrências, em dia de show, na área do 20º BPM.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abr.	- Abril
Ago.	- Agosto
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
Art.	- Artigo
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Cap.	- Capitão
CBF	- Confederação Brasileira de Futebol
CDC	- Código de Defesa do Consumidor
CONSEGUE	- Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos
ET	- Estatuto do Torcedor
Dez.	- Dezembro
Fev.	- Fevereiro
FPF	- Federação Paranaense de Futebol
Jan.	- Janeiro
Jul.	- Julho
Jun.	- Junho
LOB	- Lei de Organização Básica da PMPR
Mar.	- Março
N.º	- Número
Nov.	- Novembro
Out.	- Outubro
p.	- Página
PM	- Policial Militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PR	- Paraná
Prof.	- Professora
QOPM	- Quadro de Oficiais Policial Militar
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
Set.	- Setembro
TSP	- Taxa de Segurança Preventiva

Sr.

- Senhor

Ten.-Cel.

- Tenente Coronel

UFPR

- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 METODOLOGIA	12
3 BASES LEGAIS	13
3.1 LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL	13
3.2 LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL	14
3.3 LEGISLAÇÃO ESPORTIVA	20
4 VIOLÊNCIA	31
4.1 VIOLÊNCIA NO CONTEXTO SOCIAL	31
4.2 VIOLÊNCIA NO FUTEBOL	32
5 ATUAÇÃO DA PM EM PARTIDAS DE FUTEBOL	36
5.1 MODELO ATUAL	36
5.2 COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6.1 MODELO ALTERNATIVO DE POLICIAMENTO	46
6.2 SEGURANÇA PRIVADA	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO	53

1 INTRODUÇÃO

A situação da Segurança Pública no Brasil causa preocupação e demanda atenção, tanto de órgãos governamentais quanto da sociedade civil, em virtude dos índices crescentes de criminalidade e do clamor resultante.

Destarte não ser esta uma realidade exclusiva do Brasil, atingindo até mesmo países desenvolvidos, com economia forte e cultura sedimentada, notadamente atinge de forma direta e intensa a população de nosso país, que roga por atitudes que revertam este quadro.

Considera-se patente que a melhoria das condições de segurança pública não pode iniciar e nem findar-se apenas no incremento das forças policiais - seja em termos de pessoal, tecnologia, treinamento ou aparelhamento, as quais estão no meio da corrente que fixa as bases de uma boa convivência em sociedade, pois a criminalidade não é apenas um "problema de polícia", sendo antes disso um fato social.

Primeiramente há de ser melhorado todo o aparelhamento do Estado, visando propiciar condições dignas de educação, saúde, lazer, moradia, trabalho e demais bens mínimos necessários à vida em sociedade, questões nas quais não deter-se-á, por não ser este o escopo do estudo.

Em relação às políticas de segurança pública, nos parece que todos os elos da corrente carecem de melhorias, quais sejam: Polícias, Poder Judiciário, Sistema Prisional e estabelecimentos de Internamento de Menores Infratores, reiterando haver necessidade de melhora nas condições sociais da população para que os investimentos no aparelho de segurança pública surtam os desejados efeitos.

Particularmente às Polícias Militares, há a idéia simplista de que para bem executar seu mister deve-se ampliar os efetivos, por meio de reiterados concursos públicos, suprimindo com isto a necessidade de policiais na prevenção de crimes.

Possivelmente o incremento do efetivo em quantidade considerável teria o condão de reprimir fortemente a incidência de crimes, no entanto, tal atitude não é viável, pois o erário público encontra-se no limiar do suportável. Deve-se então melhor gerir os recursos existentes, maximizando esforços e evitando desvios de finalidade no emprego dos Policiais Militares.

Com o escopo de atender a esta premissa, é que se propõe a presente reflexão: se às Polícias Militares incumbe, obrigatoriamente, realizar a segurança

dentro dos estádios de futebol, ou se esta tarefa cabe aos organizadores do evento.

A Polícia Militar do Paraná emprega considerável efetivo em Operações PM em partidas de futebol profissional, sendo obrigada a, concomitantemente, manter o policiamento ostensivo geral, o qual, em virtude da movimentação popular provocada pela partida de futebol, necessita ser reforçado, no intuito de fazer frente aos ilícitos perpetrados por torcedores, que, acobertados pela força e anonimato propiciados pela massa, não raras vezes cometem atos de violência e vandalismo.

Aqui reside um grave problema, ao qual serão apresentadas alternativas. A exigüidade de efetivos para fazer frente a missões de tal magnitude – policiamento no interior dos estádios de futebol, em suas regiões circunvizinhas e nas demais regiões da cidade – propõe-se a reflexão de que, se não estaríamos cumprindo melhor nossa missão constitucional de preservação da ordem pública, mobiliando com ênfase a parte externa dos estádios, ao invés do modelo atual que privilegia o interior da praça de eventos.

Neste trabalho, foram realizados estudos atinentes aos estádios de futebol localizados no município de Curitiba, visto sediarem os três maiores clubes profissionais do Estado do Paraná, demandando, portanto, maior efetivo para a realização da segurança em suas partidas.

Os estudos atentaram aos eventos realizados no ano de 2007, nos campeonatos: Paranaense da 1ª Divisão; Copa do Brasil e Brasileiro da 1ª e 2ª Divisões.

O tema é atual e vai ao encontro do anseio institucional e da comunidade paranaense, em uma conjuntura em que a questão da segurança pública ocupa grandes espaços na mídia nacional, causa sérias preocupações aos governantes nos níveis federal, estaduais e municipais, além de sobrecarregar a pauta do Congresso Nacional que, reiteradamente, busca soluções através de alterações legislativas de âmbito constitucional e infraconstitucional.

De modo específico, para concretizar o objetivo maior proposto, foram seguidos os seguintes passos:

- Analisado o emprego do efetivo policial militar nas principais partidas de futebol realizadas no ano de 2007, na cidade Curitiba, com levantamento estatístico das ocorrências policiais nos dias dos eventos;

- Avaliado a correlação entre os índices de criminalidade na cidade de Curitiba e o evento futebolístico, comparados aos dias em que não houve partida de futebol;
- Apresentando, como propostas, alternativas estratégicas de emprego de Policiais Militares durante o transcorrer das partidas de futebol profissional.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa científica classifica-se como exploratória, por ser uma área ainda pouco estudada, tendo ainda características do tipo aplicada, pois procurou-se encontrar alternativas para diminuir um grave problema da segurança pública - a falta de efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Utilizou-se como meio para o atingimento dos objetivos a pesquisa de campo, com aproveitamento de experiências próprias e de outros Policiais Militares que atuam diretamente no policiamento em campos de futebol, e ainda pesquisa documental e bibliográfica, utilizando acervos da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Biblioteca Pública do Paraná, dados estatísticos da Polícia Militar do Paraná, pesquisa em Internet e em legislação pertinente.

No que se refere à metodologia adotada, iniciou-se pela leitura, interpretações e extrações de textos de obras bibliográficas e dispositivos legais referentes ao tema proposto.

Analisaram-se então dados estatísticos dos índices de criminalidade, nos dias das principais partidas de futebol ocorridas em Curitiba no ano de 2007, comparando-os com dias em que não houve jogo.

Analisou-se ainda, com fins comparativos, outros eventos de grande envergadura ocorridos em Curitiba, shows artísticos realizados na Pedreira Paulo Leminski, trazendo dados estatísticos de crimes relacionados a estes eventos.

Foram distribuídos sessenta questionários para Oficiais das Unidades Operacionais de Curitiba diretamente afeitas ao policiamento em eventos de futebol profissional. Destes, cinquenta e seis retornaram devidamente respondidos.

O primeiro questionamento feito foi sobre a quantidade de vezes que o Oficial participou de Operações Policiais Militares em partida de futebol profissional, tendo por objetivo selecionar, para fins de análise, apenas as respostas de quem tiver experiência em mais de dez partidas. Cinquenta e dois Oficiais, ou seja, aproximadamente noventa de dois por cento, enquadram-se neste grupo.

Por fim, foram trazidas alternativas ao modelo atual de policiamento em estádios de futebol profissional na cidade de Curitiba, bem como sugestões aos clubes para que possam arcar com tal atividade.

3 BASES LEGAIS

Assim como em qualquer área de atuação humana, o planejamento e execução da atividade de Polícia Militar tem normatização específica. Relacionar-se-á então uma ambientação geral da atividade e em específico do policiamento em partidas de futebol profissional.

3.1 LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL

A Constituição Federal, lei máxima do país, não pode ser olvidada em nenhum estudo que pretenda ambientar uma matéria ou assunto dentro do ordenamento legal e, atinente às Polícias Militares, refere-se à Segurança Pública nos seguintes termos:

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1.988.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Sobre a missão constitucional das Polícias Militares, destacam-se os ensinamentos do ilustre professor Álvaro Lazzarini, que, comentando sobre a Segurança Pública na Constituição de 1988, abordou o tema da seguinte forma:

O constituinte de 1.988, no título da Constituição da República, que cuida da defesa do Estado e das instituições democráticas, designou o seu capítulo III, como o Da Segurança Pública, dela tratando no seu artigo 144.

Com isso, é possível afirmar-se que o constituinte de 1.988 procurou valorizar o principal aspecto ou elemento da ordem pública, qual seja a segurança pública.

Procurou ainda guardar a correta grandeza entre a ordem pública e a segurança pública, sendo esta exercida em função daquela, como seu aspecto, seu elemento, sua causa.

Lembre-se, a propósito, que a “segurança pública” é conceito mais restrito do que o da “ordem pública”, esta a ser preservada pelas Polícias Militares (art 144), às quais se atribui, além das atividades, a também referente à “tranquilidade pública” e à “salubridade pública”.

O mesmo constituinte de 1.988, outrossim, deu dignidade constitucional a órgãos policiais até então inexistente Polícia Ferroviária Federal e as Polícias Cíveis.

Em outras palavras, a Constituição da República de 1.988 passou a prever que a “segurança pública”, como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (art 144), sendo um Estado anti-delitual, será exercida, na República Federativa do Brasil, pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, devendo ser lembradas, por assemelhação, as Guardas Municipais, porque integram a previsão do aludido capítulo e art 144, no seu parágrafo 8º. (LAZZARINI, 1996, p. 132)

Deve-se estudar a aplicação do vocábulo “público”, se a atuação nos moldes atuais atende ao ditame constitucional, ou se o policiamento indistinto no interior de estádios de futebol não perverte a Constituição.

Nota-se que a finalidade pública, segundo ensina Di Pietro (2006, p. 59), está presente tanto no momento da elaboração da lei, como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ela inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.

Obrigatoriamente há de ser citada a Constituição do Estado do Paraná, a qual se subordina à legislação federal, tratando da segurança pública em seus artigos 46 a 51, contendo em seu conteúdo praticamente a mesma redação da constituição federal, trazendo em extrato:

Art. 46. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

II – Polícia Militar

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

3.2 LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

A normatização referente à atividade de Polícia Militar e, em especial, o policiamento em estádios de futebol, está consubstanciada em diversos diplomas legais, dos quais selecionou-se os principais:

Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Art. 3º. Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas especificadas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem;

Art. 4º. As Polícias Militares subordinam-se ao órgão que, no governo dos Estados Territórios e no Distrito Federal, for responsável pela ordem pública e pela segurança interna.

O Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, regulamento este chamado de “R-200”. Este Decreto conceitua, em seu artigo segundo, alguns termos que facilitam a compreensão da legislação em vigor, auxiliando também o entendimento das citações deste trabalho.

Art. 2º.

Legislação Específica – Legislação promulgada pela União, relativa às Polícias Militares.

Legislação Peculiar ou Própria – Legislação da Unidade Federativa pertinente à Polícia Militar.

Ordem Pública – Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

Manutenção da Ordem Pública – É o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.

Grave Perturbação ou Subversão da Ordem – Corresponde a todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública, que, por sua natureza, origem, amplitude, potencial e vulto:

a) superem a capacidade de condução das medidas preventivas e repressivas tomadas pelos Governos Estaduais;

- b) sejam de natureza tal que, a critério do Governo Federal, possam vir a comprometer a integridade nacional, o livre funcionamento dos poderes constituídos, a lei, a ordem e a prática das instituições;
- c) impliquem na realização de operações militares.

Perturbação da Ordem – Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas.

Policiamento Ostensivo – Ação policial, exclusiva das Polícias Militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajada seja identificado de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

Outro conceito interessante e que deve ser entendido é o Poder de Polícia, que pode ser apresentado através do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o qual trás no Art. 78:

Art. 78.

Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Para um melhor entendimento, pode-se dizer que Poder de Polícia é a atividade da Administração Pública que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades.

No âmbito estadual, a Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 trata em seu conteúdo do Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, regendo, em seus artigos 1º e 102, textos que se encaixam neste estudo.

Art. 1º A Polícia Militar do Estado, Corporação instituída pela Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, para a segurança interna e manutenção da ordem no território estadual, é subordinada à “SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS E DE SEGURANÇA PÚBLICA” e considerada, de acordo com a legislação federal, força auxiliar, reserva do Exército Nacional, situação esta que a obrigará a atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou grave comoção intestina.

Art 102 São deveres do militar:

- a) garantir, na esfera de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e defender o País, em caso de agressão, especialmente

quando convocado, na forma estabelecida pelas leis federais e estaduais em vigor;
 b) exercer, com dignidade e eficiência, as funções que lhes forem atribuídas;

Outra Lei estadual é a de nº 6.774, de 8 de janeiro de 1976, a qual dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná, e traz em seus artigos, textos que se baseiam nas leis federais: Constituição Federal, Decreto-Lei 667/69, Decreto-Lei 2.010/83; e na Constituição Estadual.

Art. 1º A Polícia Militar do Estado do Paraná – PMPR, considerada força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 667, de 2 de junho de 1969, destina-se à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná.

Art. 2º Compete à Polícia Militar:

I – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II – atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;

III – atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

Para bem compreender as nuances deste estudo, é premente ainda relacionar os principais ilícitos comumente cometidos por torcedores. Para isso, foram extraídos dispositivos do Código Penal, Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, os quais devem estar bem sedimentados a quem se proponha a compreender o tema desta pesquisa, por serem os de maior incidência.

Art. 155 - Furto – subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel, Podendo este ilícito ser qualificado, quando o furto é praticado com rompimento, destruição ou mediante escalada, vulgarmente é chamado de arrombamento, o uso de uma chave falsa também o qualifica.

Art. 157 - Roubo – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

O furto e roubo ocorrem em quantidade não muito acentuada, não obstante, preocupante, quando pequenos grupos de torcedores se deslocam para o estádio. Ocorrem quando pessoas se aproveitam da distração da assistência para subtrair pertences destes torcedores. Porém alcançam índices maiores quando grupos de pessoas aproveitam para efetuar arrastões (ação de furtar e roubar pessoas e estabelecimentos que estiverem no percurso por eles percorrido).

Art. 163 - Dano – “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”, entrando neste caso as ocorrências de vandalismo que ocorrem na cidade em dias de jogo, como pichações, destruição de placas de sinalização e de telefones públicos, além de depredações a fachadas de prédios comerciais e residenciais, e principalmente a estruturas do transporte coletivo, como ônibus e estações-tubo.

Art. 176 - Calote – “fazer refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.” O calote é comum durante o deslocamento para e do estádio, em dias de jogo, como invasões a ônibus e a “estações-tubo”.

Art. 331 - Desacato – “Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.” Normalmente este fato ocorre quando os torcedores, excitados pelo evento, acabam se excedendo e, quando da ação da Polícia Militar, desacatam seus agentes.

Art. 129 - Lesão Corporal – “Ofender a integridade física ou a saúde de outrem.” Fato evidenciado principalmente quando ocorrem confrontos entre torcidas adversárias, ocorrendo também entre torcidas do mesmo time, dependendo do resultado do jogo ou de algum lance polêmico.

Art. 137 - Rixa – “Briga entre mais de duas pessoas, acompanhadas de vias de fato ou violências recíprocas.” Ocorre rotineiramente entre torcidas adversárias.

Algumas contravenções penais também são comumente praticadas em dias de jogos de futebol, sendo tais atos preconizados na Lei de Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941.

Cabe, inicialmente, esclarecer a diferença de crime, previsto no Código Penal, e de contravenção, previsto na Lei de Contravenções Penais, estando tal diferença clara no art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal, Decreto-Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941:

Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

A contravenção penal é uma falta de observância a deveres sociais e traz em si um pequeno grau de anti-sociabilidade do indivíduo e um mínimo de antijuridicidade na conduta. Comumente vista na conduta dos torcedores de futebol.

Art. 21 - Vias de Fato – “Praticar vias de fato contra alguém.” Ocorre normalmente entre torcidas adversárias, mas não é difícil verificar este delito entre indivíduos torcedores de uma mesma equipe.

As vias de fato são violências físicas que não deixam ou não causam lesões, são os empurrões, esbarrões violentos e propositais, o rasgar roupas, a bofetada, o puxão de orelhas ou de cabelos, os pontapés e socos.

Art. 40 - Provocação de Tumulto. Conduta Inconveniente – “Provocar tumulto ou portar-se de modo inconveniente ou desrespeitoso, em solenidade ou ato oficial, em assembléia o espetáculo público, se o fato não constituir infração penal mais grave.” Estes delitos são praticados por torcedores, em especial nas arquibancadas.

Art. 42 - Perturbação do Trabalho ou Sossego Alheios – “Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios: I – com gritaria ou algazarra; II – exercendo profissão incômoda ou ruídos, em desacordo com as prescrições legais; III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos.” Contravenção que ocorre normalmente quando torcedores saem fazendo algazarra porque perderam ou comemorando a vitória, principalmente em jogos noturnos.

Art. 62 - Embriaguez – “Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia.” A embriaguez está presente em praticamente todos os eventos de massa, sendo no futebol apontada como um dos motivos da violência dos torcedores.

São muito comuns ainda a praticas de outros atos ilícitos como a ação de cambistas, prevista e punida conforme a Lei nº 1.521 de 26 de dezembro de 1951, que estabelece os “Crimes Contra a Economia Popular”.

3.3 LEGISLAÇÃO ESPORTIVA

Faz-se importante salientar inicialmente a Lei nº 10.236, de 28 de dezembro de 1992, que instituiu a Taxa de Segurança Preventiva (TSP), a qual, em sua redação original, determinava que os clubes de futebol, assim como outras entidades, recolhessem a taxa pela utilização dos serviços públicos:

Art. 2º. A Taxa de Segurança Preventiva (TSP) tem como fato gerador a utilização, pelo contribuinte, de serviço específico e divisível, prestado pelos órgãos da Administração Policial-Militar ou a colocação desse serviço à disposição do contribuinte cujas atividades exijam do Poder Público Estadual vigilância, visando a preservação da segurança e da ordem pública.

Art. 3º. Contribuinte da Taxa de Segurança Preventiva (TSP) é toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia, ou ainda quem for o beneficiário direto do serviço ou ato.

Art. 8º. A TSP será paga na repartição arrecadadora do domicílio tributário do contribuinte ou na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação de modelo oficial.

§ 1º. O agente encarregado de lavrar ato sujeito a incidência da TSP deve exigir a apresentação do comprovante de recolhimento do Tributo.

§ 2º. São isentos da TSP os atos e documentos relativos:

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres.

Como transcrito, o fato gerador da cobrança da TSP é a utilização ou colocação à disposição do efetivo público, não havendo necessidade, nem mesmo no texto original, de que a Polícia Militar atue no interior dos estádios para que a cobrança fosse devida.

A própria lei instituidora da taxa de segurança preventiva, como visto, foi taxativa quanto às isenções à sua cobrança, no entanto, por motivos de cunho político, promoveram-se alterações na Lei que retiraram do Anexo da Lei a possibilidade de cobrança para eventos esportivos e de lazer – Futebol.

Desta forma, os clubes de futebol profissional, que de forma rotineira utilizam grande contingente Policial Militar, não pagam a TSP.

Este dispositivo foi transcrito com o fito de demonstrar o potencial de influência dos clubes de futebol sobre as decisões em nosso Estado.

No fito de buscar a exata compreensão da normatização das atividades esportivas no Brasil, deve-se ainda verificar a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, popularmente conhecida por Lei Pelé:

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

I - da transparência financeira e administrativa;

II - da moralidade na gestão desportiva;

III - da responsabilidade social de seus dirigentes;

IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e

V - da participação na organização desportiva do País.

Art. 26. Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitados os termos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo.

Portanto, a Lei Pelé é clara ao estabelecer que a exploração e a gestão do desporto profissional são atividades econômicas, significando que possui fins lucrativos, lucros estes que serão distribuídos às pessoas ou entidades envolvidas na atividade. No caso específico deste trabalho, os dividendos são fartamente distribuídos aos jogadores, que, conforme ampla divulgação na mídia, auferem vultuosas somas, bem como aos dirigentes que, sem a mesma divulgação, por óbvio, não devem deixar de receber boas recompensas.

Esta lucratividade advém da cobrança de ingressos e dos contratos de imagem, assinados por atletas e pelos clubes, os quais ostentam os nomes e imagens de seus patrocinadores em uniformes e prédios, sem ter a menor preocupação com quem seja este patrocinador e se terá alguma repercussão na segurança ou não.

A lei ainda deixa patente que, para ser considerada como profissional, a competição deverá ser promovida com fins de se obter renda, a qual decorrerá de contrato de trabalho desportivo.

Outro dispositivo que deve ser citado é o Estatuto do Torcedor (ET), Lei 10.671, de 15 de maio de 2003, legislação que nasceu com a disposição de tornar os expectadores de eventos esportivos sujeitos efetivos de direitos, exigindo um

tratamento condigno e compatível com alguém que, ao assistir a um espetáculo, deve fazê-los com observância de obrigações, mas também como sujeito de direitos.

O Estatuto do Torcedor determina em seu Art. 14, que a responsabilidade pela segurança do consumidor/torcedor é da entidade detentora do mando de jogo, a qual solicitará (no sentido de pedir, não tendo obrigatoriedade no cumprimento do pedido) ao Poder Público agentes de segurança, para garantir a segurança dos torcedores.

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, **a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes**, que deverão:

I – **solicitar** ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos. (grifos nossos)

A lei referenciada trata-se do Código de Defesa do Consumidor (CDC), sobre o qual será referenciada, em cotejo com o ET logo em seguida.

O ET, em seu artigo 31, determina que a entidade detentora do mando de jogo convocará (significando obrigatoriedade por força e lei) os agentes públicos de segurança, para garantir a segurança do árbitro e de seus auxiliares, “Art. 31. A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão **convocar** os agentes públicos de segurança visando a garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.” (grifo nosso)

Como se nota, o Estatuto do Torcedor, lei criada com o intuito de normatizar os direitos e obrigações dos torcedores e clubes, fez uma clara distinção entre a responsabilidade pela segurança do consumidor/torcedor, estabelecida no Art. 14 como de responsabilidade da entidade de prática desportiva, que solicitará, agentes públicos de segurança, e a segurança do árbitro e de seus auxiliares, que é de responsabilidade do poder público que será convocado a protegê-lo.

Para bem entender a diferença entre os dois termos, fez-se uso de dicionário jurídico, o qual assim conceitua.

SOLICITAR. Fazer requerimentos perante os tribunais e promover negócios forenses na qualidade de solicitador. **Pedir** com instância; **rogar** com vivo empenho.

CONVOCAÇÃO. Ato ou efeito de convocar, de **mandar** reunir, de chamar para tomar parte numa reunião ou assembléia. É o chamamento dos interessados, ou daqueles que têm **obrigação** disso, para virem a uma reunião previamente fixada. (grifos nossos), (NÁUFEL, 1988, p. 818 e 376)

Como visto, há grande distância entre os dois institutos jurídicos, tratados na mesma lei, e, para melhor clarear o assunto, utilizar-se-á a legislação nacional referente à redação legislativa.

A técnica redacional no tocante a elaboração legislativa encontra sua primeira normatização na Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

A normatização determinada no parágrafo único do artigo supracitado, foi realizada por meio da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e pelo Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002 (que repetiu a redação da Lei Complementar), conforme se segue:

Lei Complementar nº 95/98.

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

II - para a obtenção de precisão:

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das **mesmas palavras**, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

(grifo nosso)

Do cotejo entre o Estatuto do Torcedor, Constituição Federal e Lei Complementar nº 95/98, conclui-se que os verbos utilizados no ET, nos artigos 14 (solicitar) e 31 (convocar), não podem ser interpretados como sinônimos, pois o legislador não pode utilizar, em uma mesma lei, termos diferentes para expressar uma mesma idéia.

Portanto, o Estado tem a obrigação de atender a convocação para prestar segurança ao árbitro e seus auxiliares, havendo lógica nesta exigência, pelo fato de que a segurança destes profissionais, se efetuada pela entidade organizadora do evento, em determinados casos poderia ser tendenciosa, submetendo-os a riscos.

Entretanto, a solicitação para realizar a segurança no interior dos estádios de futebol está dentro do poder discricionário do administrador público, que, por critérios de oportunidade e conveniência, poderá ou não realizar este policiamento.

Conclui-se, então, que não é responsabilidade da Polícia Militar prover a segurança de eventos com fins lucrativos, organizados por entidades às quais a lei – ET – expressamente imputa a responsabilidade pela segurança dos participantes no evento.

O mesmo Estatuto, em seu Art. 14, combinado como art. 3º, equipara as entidades responsáveis pela organização da competição a fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, determinando, no art. 16, II, que a entidade responsável pela organização da competição deverá contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor, e determinando ainda, no art. 17, que aquelas entidades deverão implementar e apresentar previamente, aos órgãos responsáveis pela segurança pública, planos de ação referentes à segurança.

Sobre o Estatuto do Torcedor e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor para proteção da relação entre os organizadores dos eventos e o público expectador, escreveu Souza (2005, p. 18): “assim, entre o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Torcedor formou-se um sistema integrativo de normas. Portanto, pode-se perfeitamente utilizar ambas as leis para fundamentar uma relação consumerista que trate dos direitos do torcedor.”

Ainda tomando por base o ET, vê-se no art. 19, combinado com o art. 15, que os responsáveis pela organização da competição respondem, solidariamente com o detentor do mando de jogo, pelos prejuízos causados a torcedores que decorram de falhas de segurança.

Com o advento do ET diminuiu excepcionalmente a quantidade de ocorrências no interior dos estádios, isto em decorrência das duras e rápidas punições aplicadas pela Justiça Desportiva a detentores do mando de jogo, por atitudes inadequadas de atletas ou expectadores.

Um exemplo da importância dada pelos clubes à atitude dos expectadores é a solicitação formulada pelo Clube Atlético Paranaense ao Comandante do 13º BPM, em 31 de outubro de 2006:

Pelo presente, o CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE vem respeitosamente à presença de V. Sa. Para solicitar a disponibilização de fotocópia do Boletim de Ocorrência lavrado pelos policiais do 13º BPM, no setor de triagem da Kyocera Arena, relativo ao torcedor detido por arremesso de copo a policiais dentro do Estádio durante o jogo Atlético-Pr x Paraná Clube (dia 28.10.2006)

A ocorrência em tela foi formalizada por meio do Boletim de Ocorrência nº 20060329811, contendo a seguinte descrição:

No momento em que a equipe policial retirava um elemento detido no interior do campo na arena da baixada, o rapaz de nome, que estava na arquibancada próximo ao corredor de acesso aos vestiários, lançou um copo de cerveja em cima dos policiais.

Atente-se ao fato de o ilícito que preocupou o clube foi o arremesso de um copo plástico, contendo cerveja. O motivo desta preocupação cinge-se à intenção de demonstrar à Justiça Desportiva que o perpetrador da conduta irregular foi detido e responsabilizado, procurando com isto impedir punições ao clube.

Preocupada em cumprir as determinações do Estatuto do torcedor, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) editou um documento, ao qual denominou "Check List para a aplicação do Estatuto do Torcedor", sendo divulgado às federações estaduais, como forma de facilitar a adequação à lei, constando, sem suma:

01 - Observar as correspondências entre as relações torcedor/consumidor e entidade/fornecedor, nos termos definidos pelo Código de Defesa ao Consumidor (Lei 8.078, de 11/09/90). *Comentário: situações não explicitadas no ET poderão surgir, via aplicação do Código de Defesa do Consumidor; sugerimos, como ação preventiva, uma leitura do código, buscando o estabelecimento de possíveis correlações*

35 - Assegurar a segurança do torcedor nos estádios antes, durante e após as partidas.

37 - Observar a responsabilidade legal pela segurança do torcedor no estádio.

38 - Solicitar policiamento dentro e fora dos estádios para segurança dos torcedores. *Comentário: normalmente o interessado encaminha ofício à Polícia Militar (ao comando em cuja área de atuação se inclui o estádio), com a necessária antecedência para que a PM possa fazer a sua programação. Sugerimos incluir visitas aos comandos da PM, para a troca de idéias sobre a avaliação dos serviços de policiamento.*

45 - Contratar seguro de acidente pessoais para o torcedor.

49 - Implantar em conjunto com os clubes, planos de ação para as competições, relativos à segurança/transporte/ contingência. *Comentário: sugerimos que a entidade organizadora da competição elabore o plano de ação e o submeta aos clubes participantes para recolher sugestões.*

50 - Apresentar previamente os planos de ação aos órgãos de segurança pública das localidades das partidas.

54 - Observar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao torcedor que decorram de falhas na segurança dos estádios ou da inobservância do capítulo IV, na forma da lei. *Comentário: o artigo 19º tem provocado muita polêmica, diante da afirmação "independentemente da "Existência de culpa" (vide texto integral). Cabe ressaltar, entretanto, que sempre caberá ao correspondente processo legal, a ser instaurado sobre o fato concreto, a definição efetiva de responsabilidades.*

55 - Promover o levantamento das possíveis situações de risco para a segurança do torcedor, quanto à falhas de segurança dos estádios. *Comentário: empresas de engenharia, especializadas em avaliações de riscos, e órgãos da Defesa Civil podem ser úteis a esse processo.*

84 - Solicitar policiamento para a segurança da arbitragem antes, durante e após a partida. *Comentário: em muitos estádios existem, já treinados para o serviço de proteção ao árbitro, patrulhas da Polícia Militar, sobretudo dentro do gramado; seria interessante que esse modelo fosse adotado de forma ampla, em todas as sedes de jogos.*

Deve-se observar o fato de a CBF estar preocupada com a aplicação do Código de Defesa do Consumir, do qual poderão advir responsabilizações por eventos adversos a torcedores/consumidores, mesmo que tais eventos não estejam expressamente descritos no ET ou no CDC.

Verifica-se ainda de forma expressa que a CBF reconhece no "Check List" a responsabilidade dos organizadores dos eventos pela segurança do torcedor nos estádios "antes, durante e após as partidas", não obstante o fato de manter a orientação de que se solicite à Polícia Militar efetivo para a segurança interna e externa dos estádios.

A CBF faz menção ainda à responsabilidade dos organizadores do evento pelos prejuízos causados ao torcedor, que decorram de falhas na segurança, com a observação de não ser relevante sua culpa, bastando que haja o prejuízo.

Tendo por base as orientações da CBF, a Federação Paranaense de Futebol (FPF) editou as normas especiais para o campeonato paranaense de futebol profissional para a temporada 2007, extraíndo-se os itens concernentes à Polícia Militar e à segurança pública:

O presente documento – Plano de Ação (de Segurança, Transporte e Contingências) foi elaborado pela Federação Paranaense de Futebol (FPF), visando atender às determinações da Lei nº 10.671, de 15/05/2003, (Estatuto de Defesa do Torcedor), sendo aplicado aos jogos do Campeonato Paranaense de Futebol Profissional Série “Ouro” de 2007.

Em função da amplitude, das peculiaridades legais e do fato da segurança pública ser uma atribuição de responsabilidade dos governos estaduais e, por outro lado, ser o Plano de Ação um instrumento com vigência em todo o território nacional, registra-se a impossibilidade material de se prever, no presente documento, todos os detalhes e minúcias específicos relativos à segurança, transportes e contingências, de cada cidade, de cada estádio.

Ainda no mesmo documento, no capítulo denominado “Síntese das Ações”, consta:

“SEGURANÇA: Garantir a segurança do torcedor nos estádios antes, durante e após as partidas.

Comentário: a segurança dos torcedores, atletas, dirigentes, imprensa, pessoal à serviço e outros, é de responsabilidade do poder público estadual, ao qual compete o planejamento e a ação das Polícias Militares, da Polícia Civil, da Polícia de Trânsito, do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil.

Os extratos denotam uma clara pretensão dos organizadores do Campeonato Paranaense de Futebol de não arcar com suas responsabilidades atinentes à segurança dos torcedores, atletas, dirigentes, imprensa e outros, procurando a todo tempo repassar integralmente esta responsabilidade ao Estado, por meio das Polícias Militar e Civil.

A edição das normas para o campeonato, com esta visível deturpação dos textos legais, demonstra claramente que os dirigentes não pretendem despende esforços no fito de arcar com suas responsabilidades.

Além das acima citadas, há ainda uma enorme quantidade de pessoas afetadas por uma partida de futebol, e que nem ao menos assistem à partida,

tratando-se da comunidade em geral, que sente os efeitos da alteração promovida em sua rotina, sofrendo efetivos prejuízos, materiais e morais, em decorrência do afluxo de pessoas.

Também sobre estas pessoas há possível responsabilização aos organizadores dos eventos futebolísticos, visto que o ET determina que os mesmos elaborem e implementem planos de contingência visando minimizar tais efeitos.

A respeito da comunidade em geral e, em especial, dos moradores circunvizinhos aos estádios, não há nenhuma referência nas normatizações da CBF ou da FPF, a nosso ver de forma premeditada, no intuito de não arcar com mais esta incumbência.

Tal modelo de regulamento é semelhante a grande parte dos utilizados pela Federações de Futebol dos demais Estados brasileiros. No entanto, há exceções, nas quais os dirigentes, a princípio, estariam assumindo sua devida responsabilidade, como é o caso da Federação Pernambucana de Futebol, da qual transcreve-se partes do regulamento do campeonato do ano 2007:

Artigo 30 – Ao presidente da FPF, além das medias de ordem administrativas e técnicas indispensáveis à segurança do espetáculo e à normalidade da competição, compete designar um Delegado de Jogo para os seguintes fins:

b) promover para que o policiamento no campo seja feito por policiais militares na execução do policiamento ostensivo fardado, Esta solicitação deverá ser feita também pela equipe mandante;

Parágrafo Primeiro – Compete ao proprietário de cada estádio de futebol, sede da partida, zelar pela integridade física dos espectadores e demais pessoas que nele compareçam.

Deve ser notada a diferenciação feita pelos Dirigentes do futebol em Pernambuco, do “campo” e do “estádio”, diferenciação esta de extrema pertinência e que obedece o Estatuto do Torcedor.

Por este regulamento fica patente que ao mandante do jogo cabe, em solidariedade com o Presidente da Federação, prover a segurança no estádio, devendo “promover” para que Policiais Militares realizem a segurança no campo de jogo, ou seja, para a segurança do árbitro e de seus auxiliares.

A preocupação com a segurança nos esportes e, em especial com o futebol, atinge não apenas as federações e clubes, verificando-se também, como é de se esperar, o Governo Federal que tomando por base o Estatuto do Torcedor e a Lei Pelé, editou no ano de 2005 a Resolução nº 5, do Ministério do Esporte, a qual teve

por finalidade aprovar a política nacional do Esporte. Podendo-se daí extrair os seguintes pontos de interesse para nosso estudo:

A elaboração da Lei 9.615/98, popularizada como Lei Pelé, apresentou como idéia central a eliminação do passe de atleta do Futebol, a mais expressiva e representativa modalidade do país, criando de fato as condições de livre arbítrio para estabelecer relações trabalhistas, não obstante sujeitas ao jugo de empresários, seus novos patrões.

A Lei 10.671/03 – Estatuto do Torcedor –, que estabelece normas de proteção e defesa com procedimentos e regras para os clubes, donos de estádios, dirigentes, bem como para os próprios torcedores;

O esporte tem um enorme potencial econômico. Seja na fabricação e comercialização de produtos esportivos, na construção ou reabilitação de instalações esportivas, na venda de serviços ou na promoção de eventos, o esporte gera empregos e renda. Ademais, deflagram-se ao seu favor os efeitos suplementares dos espectadores, patrocinadores, vendedores, da mídia nacional e internacional e da “indústria do turismo” que gira em torno das grandes competições.

Novamente fica demonstrado que os esportes em geral, e o futebol em especial, geram grandes lucros, sendo “a mais expressiva e representativa modalidade do país”, com “enorme potencial econômico”.

Fica bem claro que, para o Ministério do Esportes, o ET estabeleceu normas de proteção e defesa, com procedimentos e regras para “os clubes, donos de estádios, dirigentes, bem como para os próprios torcedores”, não citando o poder público ou a Polícia Militar, visto o fato de o estatuto expressamente determinar a responsabilidade pela segurança aos organizadores dos eventos.

Ainda sob a preocupação com o problema da violência nos esportes, o Governo Federal editou, em 2004, o Decreto nº 4.960, de 19 de janeiro de 2004, criando a CONSEGUE (Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos), do qual extraiu-se os seguintes trechos:

Considerando que os espetáculos desportivos públicos no país, particularmente, nos estádios de futebol, revelam um quadro de insegurança e violência que freqüentemente ameaçam, intimidam e desrespeitam o torcedor;

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério do Esporte, a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE, com a finalidade de apoiar e acompanhar a implantação da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos.

Art. 2º Para o efeito do disposto no art. 1º, compete à CONSEGUE:

I - propor medidas capazes de reduzir os índices de acidentes, violência e criminalidade nos estádios e locais de práticas desportivas;

II - apoiar as iniciativas adotadas com base na Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor;

III - acompanhar a implantação de políticas públicas que visem à segurança dos torcedores, bem como à adequação e melhoria dos estádio;

4 VIOLÊNCIA

4.1 VIOLÊNCIA NO CONTEXTO SOCIAL

No Brasil, a violência, sobretudo urbana, está no centro da vida cotidiana, ocupando a manchete dos jornais e sendo objeto de programas especiais de televisão. Envolve sobretudo o comportamento, de tanto que ela é ameaçadora, progressiva e geradora de um profundo sentimento de insegurança. Tal evolução é sintomática de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo, de uma desmoralização das instituições públicas.

A violência não é um fato novo na História da humanidade. Sequer é exceção. Parece ser atualmente, no entanto, mais evidente em razão do aperfeiçoamento tecnológico, cada vez mais avançado, descobrindo-se novos tipos de violência atentatória à dignidade da criatura humana.

A violência gera o medo, mas o medo gera também a violência. É pois um círculo vicioso que se instala, uma psicose coletiva, que é necessário a todo custo romper, e do qual se aproveitam somente certos *lobbies* da segurança, como as empresas de segurança, as guardas particulares, as companhias de seguro.

Focalizando o caráter múltiplo do fenômeno da violência, deve-se ainda considerar as formas ou os sentidos que esta assume em seu processo de concretização. Sob esse enfoque, poder-se-ia falar da violência como forma de dominação, de sobrevivência, da violência como afirmação da ordem institucional-legal, como contestação dessa mesma ordem, como forma de manifestação de não-cidadania, de manifestação de insegurança, da violência policial e do medo.

A violência está integrada ao cotidiano das pessoas, já não se pode vislumbrar uma sociedade realmente pacífica. Dentro de um prisma filosófico, um dos aspectos da violência é a sua integração.

Entre as formas sob as quais se apresenta a violência está a sua representação aberta, sem máscara, sem discriminações, escandalosa, por vezes, e, por isso mesmo, brutal, e a violência sutil, insidiosa, dissimulada, de notável poder opressivo, a violência civilizada.

Ao lado da violência brutal e aberta – aquela que se desencadeia nas guerras e revoluções – há a violência sutil, mas que dela se nutre. Violência que assedia e esconde sua agressividade nos

relacionamentos entre o Estado e o povo e vice-versa, que se manifesta nas torturas, segregações, lutas e ódio de raças (SARAIVA, 1989, p.93).

Considera-se, também, que a violência se manifesta através de diferentes formas, assumindo linhas diversas de realização.

A violência apresenta uma visibilidade, por vezes de modo demonstrativo, vem acompanhada por uma enunciação, ou seja, sempre uma violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante uma representação social elaborada pelos agentes sociais envolvidos na relação (SANTOS, 1997, p. 155-167).

Os fenômenos da violência adquirem novos contornos, passando a se disseminarem por toda a sociedade. Pode-se indicar uma primeira conceituação teórica da violência, efetuando a ruptura teórica com a noção de progresso. Foucault (1989, p. 20) afirma que, nas sociedades européias, *“desaparece, no início do século XIX, o grande espetáculo da punição física, o corpo supliciado não estava mais presente; exclui-se do castigo a cena do sofrimento. Entra-se na idade da sobriedade punitiva.”*

Para analisar a violência dentro dessa concepção, verifica-se ainda que, em cada um desses conjuntos de relações sociais, pode-se identificar as relações de força entre a ordem e a desordem, estando presentes tensões sociais, algumas manifestadas como conflitos sociais, a partir dos quais podem ser geradas lutas sociais em diferentes níveis de organização e de expressividade. Em outras palavras, do ponto de vista do conflito, as tensões e as lutas são constitutivas do social.

Sob o enfoque de diversos pesquisadores das Ciências Sociais, o fenômeno da violência impõe-se como problema social cuja gravidade e urgência desafiam a interpretação sociológica. Segundo Porto (1995, p. 276), “quando vozes vindas de diferentes segmentos sociais clamam por soluções, o sociólogo muitas vezes sente-se pressionado à ação.”

4.2 VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

“No início do século passado, os torcedores que freqüentavam locais de jogos vestiam-se e tinham comportamentos sociais compatíveis com o que representava o

futebol, um esporte bretão, universitário e burguês, um jogo da elite, onde os trajes e condutas destes indivíduos procuravam imitar os costumes dos ingleses” (Toledo, 1996, p. 26). Com o passar dos anos, este esporte foi se popularizando também entre os indivíduos de menor poder aquisitivo, ganhando cada vez mais adeptos, os quais passaram a freqüentar os estádios, para torcer pelos seus times.

Esta transformação ocorreu com diversos times de futebol, que nasceram pela vontade de pessoas comuns, como operários ou funcionários de indústrias, ferrovias. Esta miscigenação deu um brilho maior ao futebol, atraindo uma maior quantidade de pessoas para os estádios, processo este que acabou originando, por volta da década de 40, as Torcidas Uniformizadas. Estas torcidas tinham a finalidade de torcer pelo seu time e promover um espetáculo de bandeiras e cores nos estádios.

Com um grande número de integrantes, por volta das décadas de 60 e 70 estes grupos passaram a se organizar, estruturando-se com organogramas complexos, com cargos, presidência, conselho deliberativo e diretorias, elaborando um mundo à parte, com regras próprias, e tropas especializadas – torcedores sócios destas agremiações – surgindo o que hoje conhecemos como Torcidas Organizadas (TO).

Esta organização fez aumentar a busca pelo poder e controle, dentro e fora dos estádios, poder este que se evidencia através da demarcação territorial ou pela caminhada das torcidas rumo ao local de jogo. Nestes deslocamentos, os grupos realizam demonstrações de força, executando, em seu itinerário, os chamados “arrastões”, com grande número de vandalismos, agressões, roubos e outros tipos de crimes e contravenções, o que obriga as autoridades policiais a mobilizar efetivo para a realização de escolta destas pessoas, da sede da TO até o estádio e, ao final do jogo, o retorno dos mesmos às suas sedes.

Estes atos de perturbação e violência por parte das TO exigem que o Estado tome providências para coibir tais atitudes, momento em que surge o poder da polícia. Exercida, neste caso, pela Polícia Militar, a qual possui, constitucionalmente, autoridade legal para reprimir atos ilícitos, devendo ser esta repressão exercida através da força necessária, em que o policial deverá agir, utilizando-se somente dos meios e força para conter a violência. Salientando-se que o papel da Polícia Militar é a preservação e manutenção da ordem pública.

Diante deste contexto, procura-se compreender os fatores que levam indivíduos a perder o controle e praticar atos que coloquem em risco a integridade física e moral de outros seres humanos. Da mesma forma buscam-se fatos e dados que permitam compreender se somente a atuação policial é suficiente para coibir a violência realizada pelas TO nos estádios de futebol ou se a atuação policial pode gerar uma violência ainda maior.

“Estudos internacionais chamam a atenção para o fato de que a violência no futebol não pode ser desvinculada do contexto social, do tipo de inserção que as diferentes classes sociais têm na sociedade, dos padrões de socialização prevalentes dos valores e das normas em relação a agressividade e violência que predominam na sociedade, do grau de pacificação (monopólio da violência) existente, do padrão de relações dentro das comunidades e das identidades sociais que se desenvolvem.” (DUNNING, 1994, p. 146).

Ao tratar do monopólio da violência, Defrance (2001, p. 233) utiliza a obra de Norbert Elias, expondo que “o monopólio da força (aplicabilidade da violência) pertence ao Estado, porém por motivos diversos vem ocorrendo uma disseminação da violência entre a população civil.” Cita ainda que os militares tinham o dever de proteger o monopólio da violência de Estado.

Ao relatar que o Estado, através dos militares, possui o que foi chamado de monopólio da violência, externa-se o fato constitucionalmente aplicado nos dias atuais, quando o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública devem ser garantidos pela PM, devendo esta utilizar a força necessária para reprimir qualquer fato que ponha em risco esta tranquilidade, ou qualquer ato de violência praticada pela população civil. Quando se fala em força necessária, entenda-se uma reação de força proporcional, aplicada pelo miliciano para conter uma agressão sofrida por si ou por outrem.

Não se conseguiu encontrar relatos oficiais do período em que o Estado passou a propiciar segurança no interior dos estádios de futebol. Tem-se apenas que, em meados da década de 60, a Guarda Civil, órgão que era responsável pela segurança pública, policiava os jogos de futebol, sendo ainda nesta década substituída pela PM. Mesmo antes da criação da PM já havia atuação policial no interior dos estádios no Estado do Paraná.

De posse dos dados das ocorrências mais corriqueiras em eventos de jogos de futebol, a PM vem empregando seu efetivo e atuando de forma a prevenir e coibir tais delitos, isto associado à doutrina policial militar.

Sendo preconizado policiamento externo antes, durante e após o evento, com efetivo nas principais vias de acesso ao estádio, conforme o evento, em casos de clássicos, são alocados ainda policiais militares nas imediações do estádio, em terminais de transporte coletivos, ruas e avenidas.

São feitos ainda, por efetivo sob comando direto de um Oficial, a escolta das equipes do hotel ao estádio, assim como seu retorno. O mesmo procedimento é tomado quanto ao deslocamento das TO, sendo o deslocamento dessas da sua sede ao estádio e o retorno acompanhado por viaturas e motos da Polícia-Militar.

Quanto ao procedimento dentro do estádio, pode-se afirmar que ele tem início com o efetivo responsável pela busca ligeira efetuada nas catracas de acesso, onde se procura impedir a entrada de armas de fogo, armas brancas (facas, punhais, canivetes, etc), além de outros objetos proibidos pela organização do evento e pela PM, a fim de evitar incidentes no interior do estádio.

O efetivo é distribuído na assistência de forma a prevenir atos ilícitos, assim como reprimir atitudes que possam levar à quebra da Ordem Pública. Atualmente o policiamento é responsável pela divisão de torcida, pelas arquibancadas, pelas cadeiras sociais e demais espaços existentes nos estádios, além de ser responsável pela proteção da integridade física do arbitro e seus auxiliares.

5 ATUAÇÃO DA PM EM PARTIDAS DE FUTEBOL

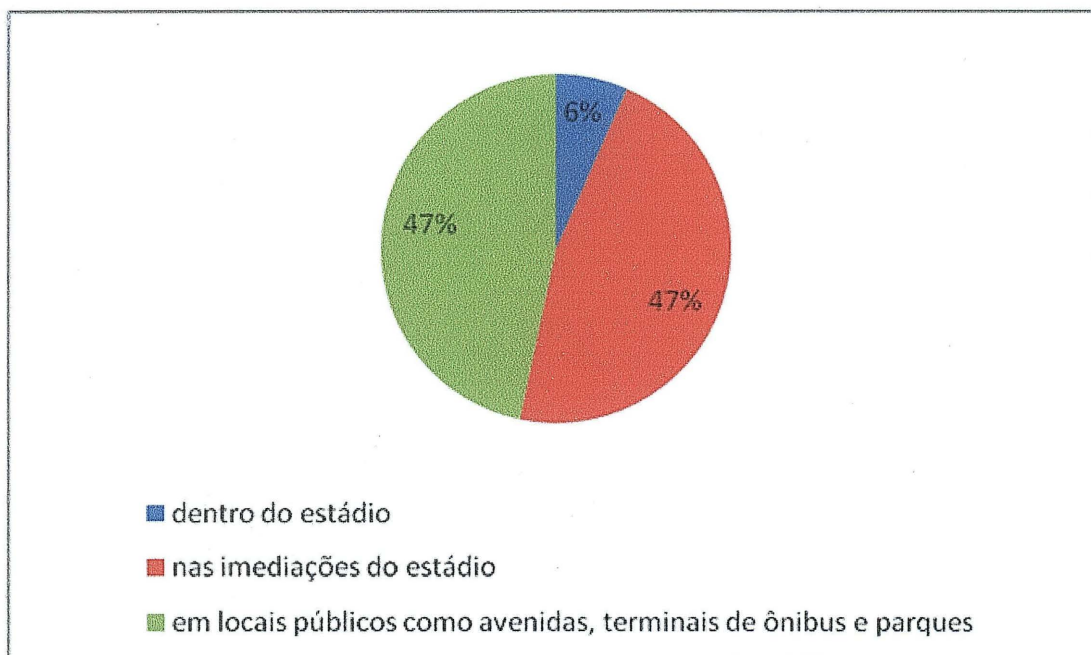
5.1 MODELO ATUAL

Com a alocação de efetivo nos moldes atuais, guarnecendo o interior dos estádios de futebol, impossibilita-se a realização de um satisfatório policiamento preventivo no restante da cidade, em terminais de ônibus, ruas e avenidas, bem como a implementação de medidas que atenuem os efeitos intrinsecamente prejudiciais da profunda alteração da rotina da localidade onde se realiza o jogo.

A respeito do emprego da Polícia Militar no policiamento em partidas de futebol, foram aplicados questionários a Oficiais das Unidades Operacionais de Curitiba diretamente afeitas a tal mister, havendo praticamente unanimidade em afirmar que atualmente a maior parte do efetivo é empregado no interior dos estádios de futebol, em detrimento da parte externa, imediações e do restante da cidade.

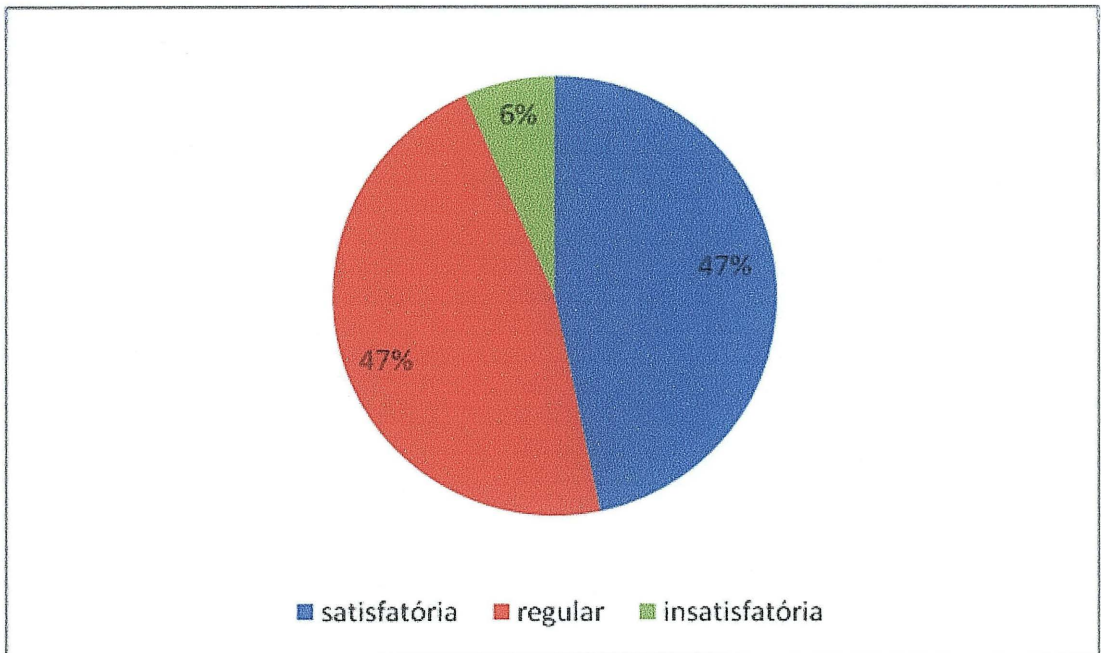
Dos questionamentos obtiveram-se as seguintes respostas:

GRÁFICO 01 – Local onde idealmente deve ser aplicado maior efetivo PM.



FONTE: Questionário em Apenso.

GRÁFICO 02 – Grau de eficiência do policiamento no interior dos estádios de futebol.



FONTE: Questionário em Apenso.

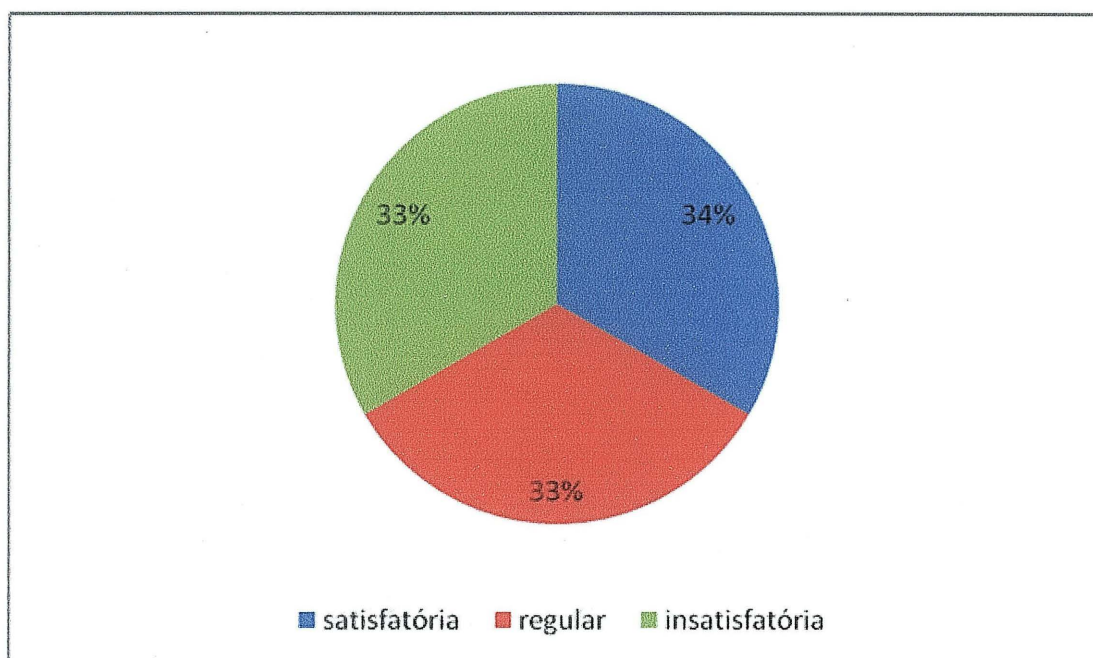
Não obstante o fato de ser praticamente unanimidade entre os Oficiais respondentes do questionário, que a Polícia-Militar deveria concentrar seus esforços nas áreas externas dos estádios de futebol, a maioria das respostas foi de que o policiamento no interior dos estádios é realizado satisfatória ou regularmente. Apenas uma minoria considera como insatisfatório.

As respostas ao próximo questionamento desenhavam uma realidade bastante diferente, com uma divisão equânime entre as opiniões.

Quanto ao policiamento realizado nas áreas externas dos estádios, um terço das respostas foi de que é insatisfatório. Conclui-se que tais respostas advenham do pouco efetivo empregado nas áreas externas, em comparação com o contingente utilizado nas arquibancadas e campo de jogo.

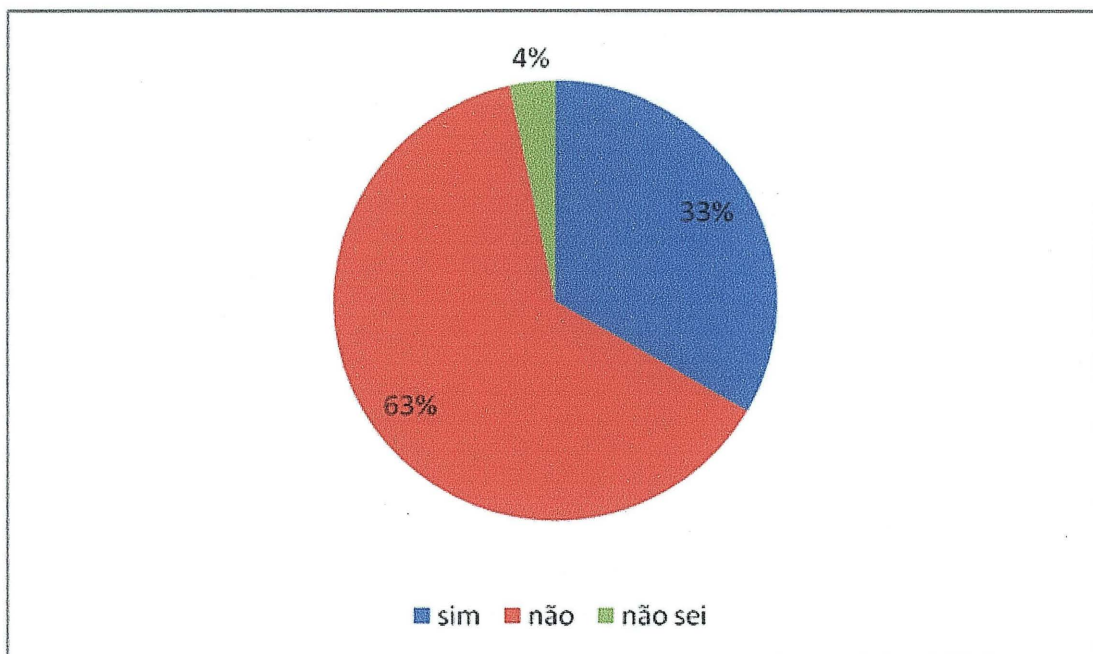
Esta conclusão é extraída das respostas demonstradas no gráfico 04, pelo qual se demonstra que o efetivo da Polícia-Militar não é suficiente para realizar, de forma satisfatória, o policiamento nas áreas internas e externas dos estádios.

GRÁFICO 03 – Grau de eficiência do policiamento na parte externa dos estádios de futebol.



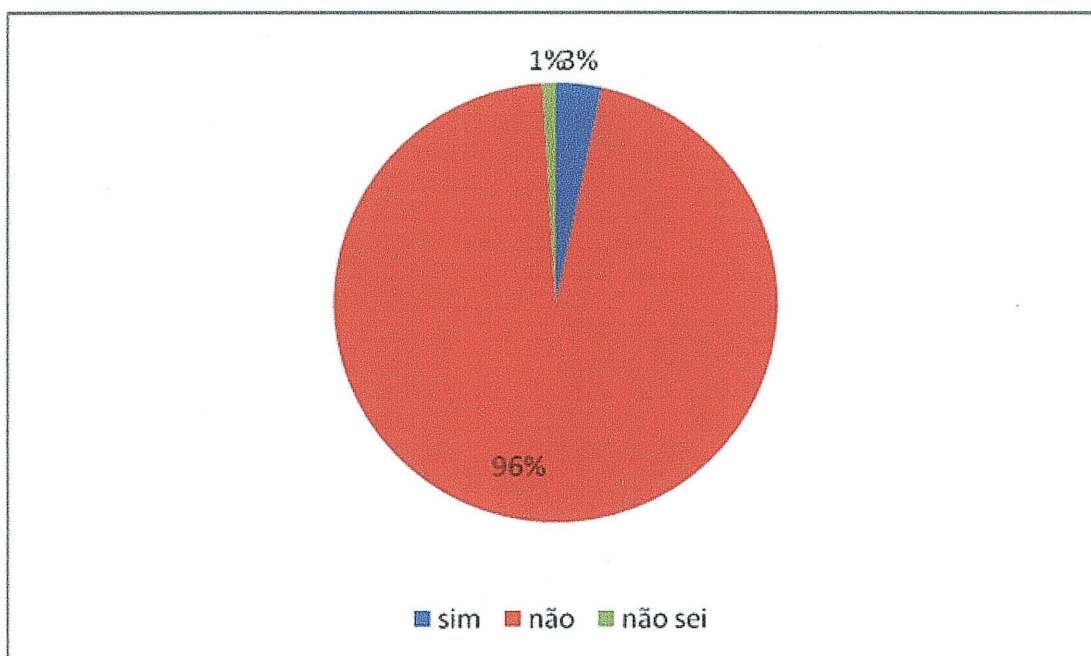
FONTE: Questionário em Apenso.

GRÁFICO 04 – O efetivo da PM é suficiente para realizar a segurança, de forma satisfatória, dentro e fora dos estádios de futebol?



FONTE: Questionário em Apenso.

GRÁFICO 05 – É missão da PM realizar a segurança interna dos estádios de futebol?



FONTE: Questionário em Apenso.

A análise que se pode fazer a respeito das respostas recebidas dos Oficiais é que a Polícia Militar deveria empregar seus efetivos com ênfase nas imediações dos estádios e em locais públicos, como avenidas, terminais de ônibus e parques. Tal conclusão se deve em virtude de as entidades organizadoras das partidas de futebol profissional cobrarem ingresso do consumidor público assistente, visando fins lucrativos, devendo, portanto, prover sua segurança.

Deve-se ainda, ao fato de a Polícia Militar ser mantida pelo erário público, para atender às necessidades da coletividade e não aos interesses individuais de instituições que arrecadam para prover suas necessidades.

É crescente entre os operadores do direito a aplicação da teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado, ou seja, o Estado é responsável civilmente pelas condutas omissivas que causarem danos a terceiros, haja vista a necessidade de proteger o lesado ante a dificuldade deste em demonstrar a culpa ou dolo de algum agente e/ou que o serviço não funcionou como deveria.

Neste sentido, qualquer cidadão poderia ajuizar ação em desfavor do Estado, pleiteando reparação de danos causados por omissão do Estado - Polícia Militar - que deveria prevenir, conforme previsão constitucional, o acontecimento de ilícitos penais, e acabou desviando seu efetivo para aplicação em outras atividades -

policiamento no interior dos estádios de futebol - desprovendo a área de policiamento, fator este que foi preponderante para que a pessoa fosse vítima de algum ilícito penal. Restaria assim a responsabilidade civil do Estado, que deveria arcar financeiramente com os danos causados.

Não obstante a opinião dos respondentes de que não incumbe à Polícia Militar realizar a segurança no interior dos estádios de futebol, foram quase unânimes em afirmar que tal atividade é realizada de forma satisfatória ou regular, tendo apenas uma pequena minoria afirmado que a segurança interna é feita de forma insatisfatória.

Quanto ao policiamento realizado fora dos estádios, o qual, na maioria das opiniões, é a missão da Polícia Militar em eventos futebolísticos, houve uma divisão exata das opiniões, entre satisfatório, regular e insatisfatório.

Tais opiniões se devem, em nossa conclusão, ao fato de a Polícia Militar não ter suficiente contingente para realizar as duas atividades concomitantemente, também conforme respostas obtidas.

Mesmo não tendo o efetivo ideal para dar cabo destas duas hercúleas missões, a Polícia Militar as vem cumprindo. No entanto, a ênfase é dada ao policiamento interno dos estádios de futebol, o qual consome a maioria do efetivo.

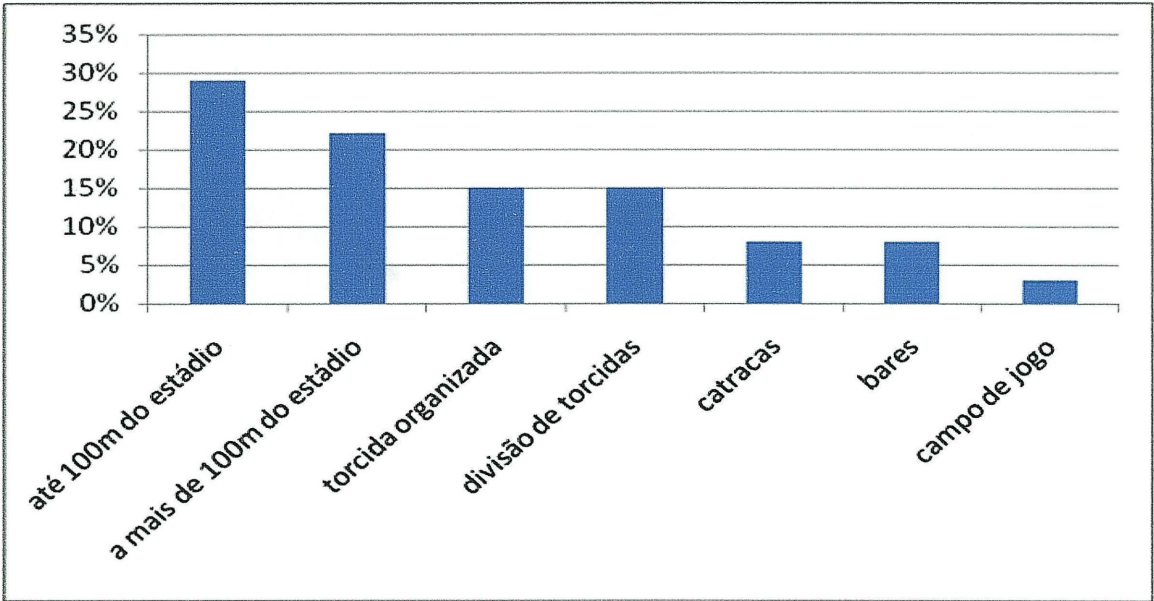
É fácil de imaginar os transtornos provocados na rotina da cidade pelo afluxo de grande quantidade de espectadores, os quais se deslocam em horários semelhantes e para um mesmo local – o estádio de futebol –, não raras vezes promovendo algazarra e depredações, incentivados pelo acobertamento e sensação de força propiciados pela massa.

Sobre estes efeitos prejudiciais à rotina da localidade, os organizadores dos eventos futebolísticos não tomam qualquer medida tendente a minimizá-los, como, por exemplo, avisos à população quanto a desvios de trânsito; alerta para que pessoas que não irão assistir ao jogo evitem deslocar-se para as imediações do estádio; treinamento de atletas, funcionários e torcedores quanto a planos de contingências para o caso de acidentes; providências para facilitar a venda de ingressos; dentre outros.

A comprovação de que a segurança no interior dos estádios de futebol pode bem ser realizada pela iniciativa privada vem das respostas formuladas ao questionário quanto ao item referente aos locais com maior incidência de ocorrências PM durante as Operações PM em partidas de futebol profissional.

Conforme questionário em Apenso, foi solicitado que o Oficial relacionasse, em ordem crescente de quantidade, os locais onde a incidência de ocorrências é maior. Foram relacionados cinco locais no interior do estádio e apenas dois na área externa, obtendo-se como resposta, como já se supunha, que as duas opções na área externa provocam maior preocupação do que as cinco na área interna.

GRÁFICO 06 – Locais com maior incidência de ocorrências PM



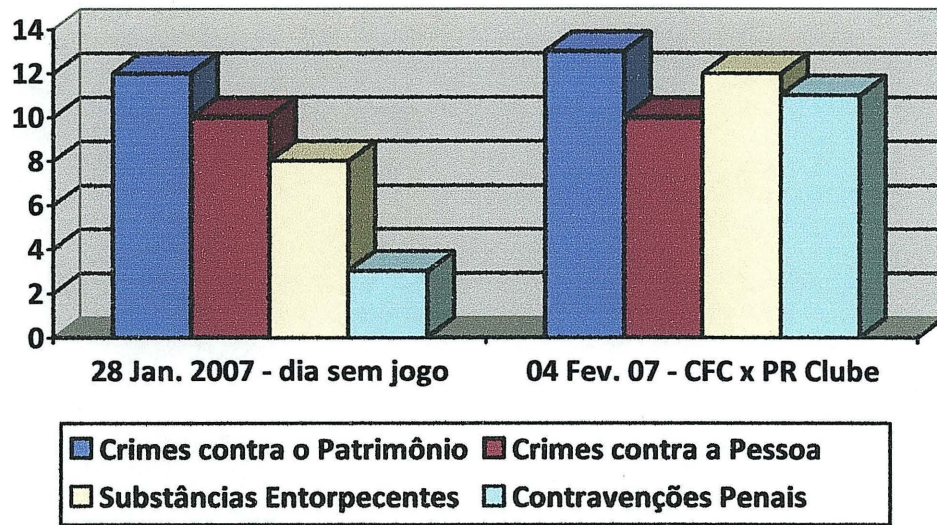
FONTE: Questionário em Apenso.

Como se pode ler no Gráfico acima, o campo de jogo – gramado – é o local com menor índice de ocorrências e, somados todos os locais internos do estádio, perfaz-se um total de quarenta e nove por cento, sendo que os locais com maior incidência de preocupação dos Oficiais ficam na área externa aos estádios.

5.2 COMPARATIVO DE OCORRÊNCIAS

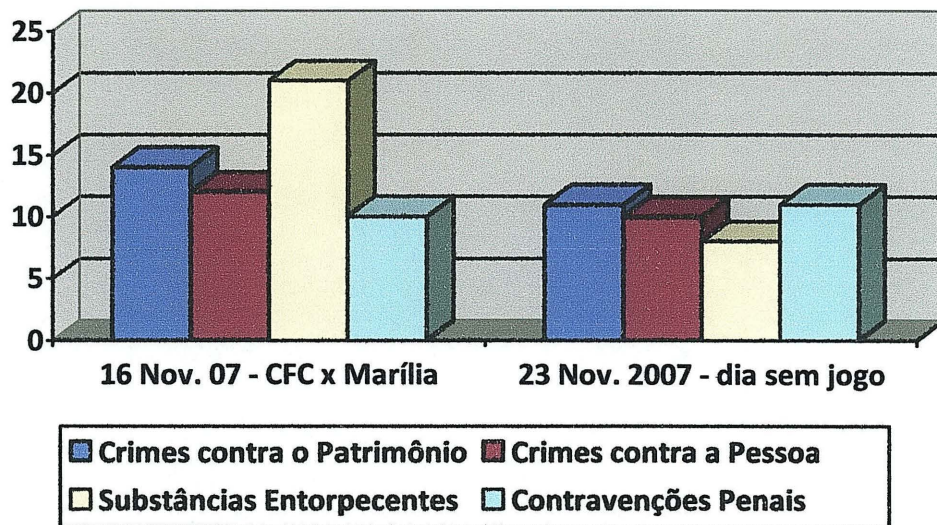
Cumprindo os objetivos traçados para o presente estudo, relacionar-se-ão as estatísticas de ocorrências registradas pela Unidades Operacionais de Curitiba, nos dias de grandes jogos, comparando-os com dias em que não houve jogo, bem como com dados relativos a um dia em que houve show artístico na Pedreira Paulo Leminski, para fins de comparação do impacto na segurança pública de um e outro tipo de evento.

Gráfico 07 – Comparativo de ocorrências na área do 12º BPM, campeonato paranaense.



FONTE: SISCOp

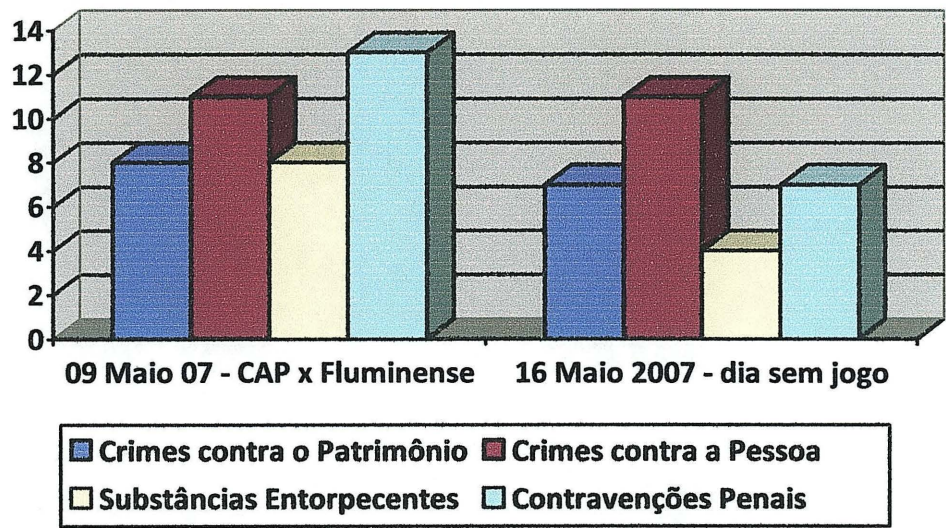
Gráfico 08 - Comparativo de ocorrências na área do 12º BPM, campeonato brasileiro.



FONTE: SISCOp

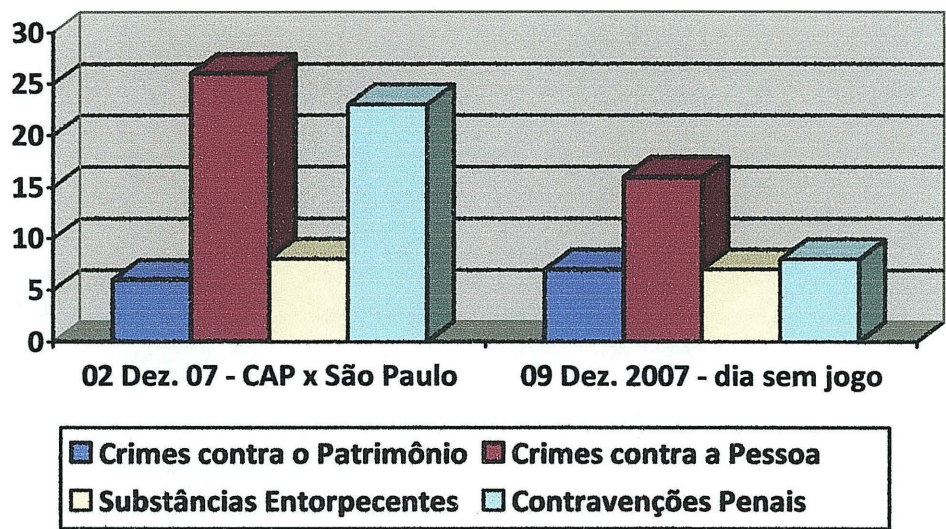
Pela análise destes dados estatísticos, referentes a dias em que houve partida de futebol, comparados com o mesmo dia da semana, anterior ou posterior, em que não houve partida, em período de duas horas anteriores e duas horas posteriores ao horário da partida, percebe-se o aumento do número de registros de ocorrências na área do 12º BPM nos dias de jogos.

Gráfico 09 - Comparativo de ocorrências na área do 13º BPM, Copa do Brasil.



FONTE: SISCOp

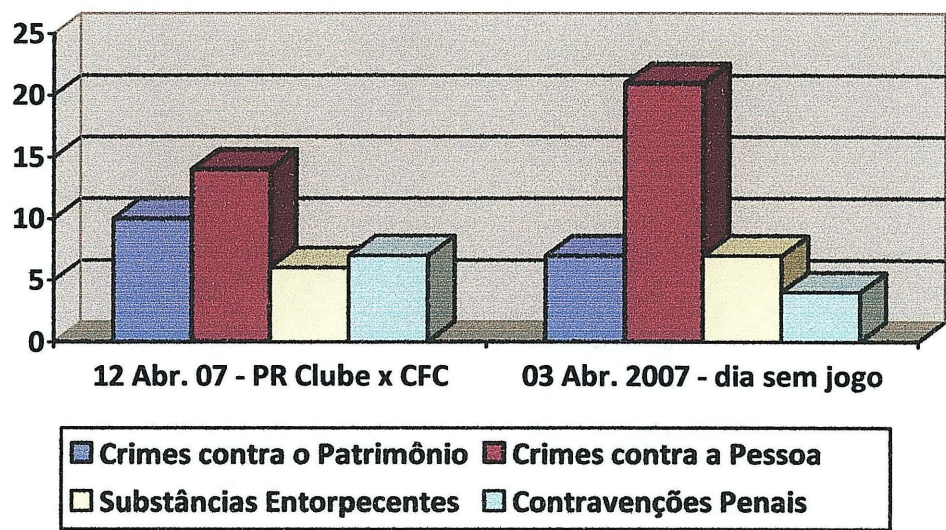
Gráfico 10 - Comparativo de ocorrências na área do 13º BPM, campeonato brasileiro.



FONTE: SISCOp

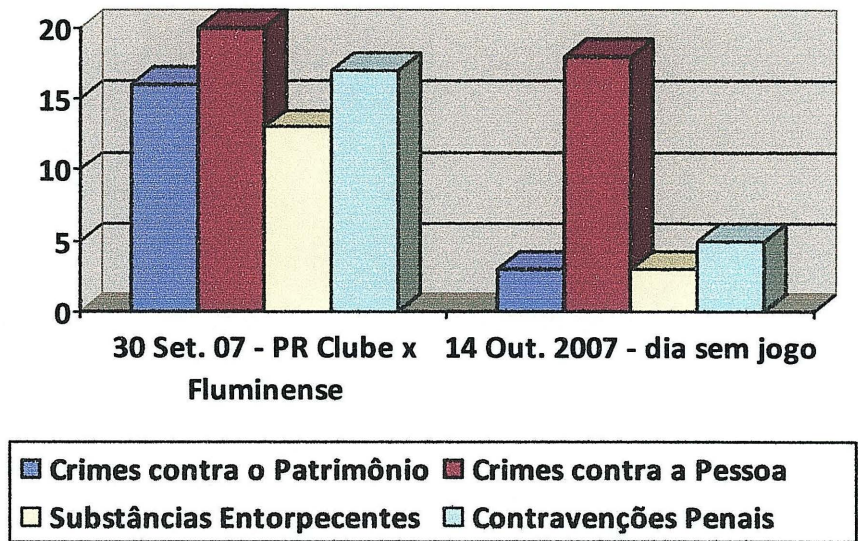
À semelhança do ocorrido na área do 12º BPM, também na área do 13º BPM há sensível aumento do número de ocorrências.

Gráfico 11 - Comparativo de ocorrências na área do 20º BPM, campeonato paranaense.



FONTE: SISCOp

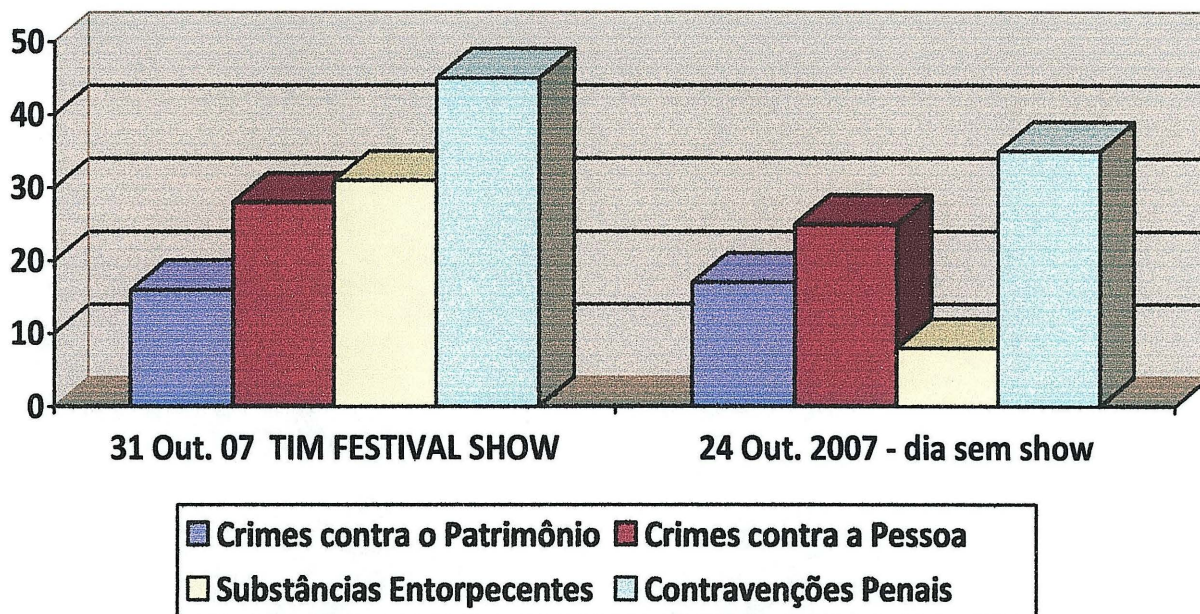
Gráfico 12 - Comparativo de ocorrências na área do 20º BPM, campeonato brasileiro.



FONTE: SISCOp

Novamente verifica-se aqui a influência da partida de futebol na segurança pública, aumentando o número de ocorrências na área do 20º BPM.

Gráfico 13 - Comparativo de ocorrências, em dia de show, na área do 20º BPM



FONTE: SISCOp

Nota-se que, no dia em que ocorreu o evento artístico denominado “TIM Festival Show”, no qual se apresentaram diversas bandas musicais, no horário compreendido entre as 19h e as 03h, também ocorreu aumento do número de ocorrências, notadamente as relacionadas a substâncias entorpecentes, principalmente pelo público-alvo do evento e horário das exhibições.

Deve-se considerar ainda a subnotificação de ocorrências, visto que em dias de jogos de grande vulto e shows, várias situações de perturbação do sossego, danos, lesões, uso de substâncias entorpecente dentre outras, deixam de ser informadas à Polícia Militar, não constando, portanto, das estatísticas formais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 MODELO ALTERNATIVO DE POLICIAMENTO

Há muito se discute sobre formas de melhor utilizar os efetivos existentes, evitando-se novos concursos públicos que onerem ainda mais os cofres públicos. Uma alternativa é não mais realizar o policiamento no interior de estádios de futebol, deixando esta tarefa à iniciativa privada, melhorando-se, por consequência, o policiamento ostensivo geral.

A alternativa é moderna e leva em consideração o fato de que os clubes de futebol arrecadam grandes somas em dinheiro, seja por meio de suas bilheterias, ou via contratos de imagem, havendo idéia similar na província de Córdoba, Argentina.

A proposta é substituir os policiais por pessoal de empresas de segurança privada ou por empregados capacitados dos próprios clubes ou por pessoal que estes contratem.

O pessoal policial uniformizado cumprirá funções na entrada dos locais ou em suas imediações e, **somente no caso de necessidade**, no interior do local. **Para que prestem serviços dentro dos locais, será necessário optar pela contratação de funcionários de segurança particular.** (ZALAYA, 2007, p. 595) (grifos no original)

Destaca ainda Zalaya que “a segurança interna é coberta há tempo por empresas de segurança privada, o que tem dado um resultado muito bom, sendo utilizada a polícia para a cobertura externa e imediações dos locais, preservando a ordem pública, ao que nos obrigamos.”

Ainda segundo Zalaya a utilização de segurança privada no interior dos locais de espetáculos, além de trazer o evidente benefício à comunidade de disponibilizar maior efetivo oficial nas áreas externas, diminui a probabilidade de conflitos nas áreas internas, pelo fator psicológico trazido pela presença de força públicas de segurança, as quais, não raras vezes, são vistas como opressivas e violentas, tendo o efeito de acirrar ânimos.

Identifica-se aqui um “círculo vicioso”, pelo qual a violência no interior dos estádios exigiu maior presença policial, e o incremento do efetivo estaria alimentando a violência, nas palavras de Zalaya:

Pelo indicado como anteriormente, esse círculo vicioso indicado seria interrompido onde a autoridade é vista como fonte de todos os males que os afetam como pessoas e se age diante dela com agressividade e violência. O pessoal de segurança privada pode ser percebido como alguém que só está ali para cuidar e não representante social com a carga que lhe é atribuída ao papel policial. (ZALAYA, 2007, p. 600)

Existem ainda experiências brasileiras, como a do Rio Grande do Sul, que, pela Resolução nº 001-SSP/RS/2007, estabeleceu a proporção de um Policial Militar para cada mil espectadores estimados para o evento futebolístico, devendo o organizador do jogo providenciar a contratação de, no mínimo, seis vezes o contingente policial, em funcionários civis incumbindo de trabalhar na seguranças dos torcedores.

A proposta de mudança visa atender ao interesse público visto que “As normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo.” (DI PIETRO, 2006, pg. 60), ficando patente que os interesses públicos têm supremacia sobre os individuais, passando então a denominar-se de princípio da supremacia do interesse público.

O interesse público estará melhor atendido com a utilização do efetivo policial militar com ênfase em locais públicos, visto que estes Policiais recebem treinamento, instrução, armamento e salários dos impostos pagos pela coletividade, não se justificando que esta deixe de receber a devida contrapartida em segurança devido ao fato de que os Policiais Militares estão sendo empregados maciçamente no interior dos estádios.

Por sua vez, os organizadores de eventos futebolísticos profissionais têm plenas condições de arcar com o ônus que lhes é devido, a segurança interna dos estádios, à exceção do árbitro e de seus auxiliares.

Guardando estreita ligação como princípio da supremacia do interesse público, encontramos o da indisponibilidade do interesse público, o qual nos ensinamento de Bandeira de Mello:

Significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é

também um dever – na estrita conformidade do que dispuser a *intentio legis*. as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização. (MELLO, 2001, p. 69)

A disponibilidade sobre o interesse público está permanentemente nas mãos do administrador público, para utilizar - na qualidade de instrumento do órgão a que representa - os meios a ele confiados, discricionariamente, obedecendo portanto à oportunidade e conveniência, sem, no entanto, olvidar que todas as suas atitudes devem tender ao atendimento da coletividade.

Se é certo que o administrador público é o gerente dos recursos a ele confiados para o bem público, devendo, para isso, utilizar do poder discricionário, com base na oportunidade e conveniência, também é certo que esta discricionariedade é limitada aos interesses da coletividade.

Portanto, o administrador público tem por obrigação racionalizar o uso dos meios, visando atender da melhor forma possível a comunidade, e, a nosso ver, o modelo atual de segurança no interior dos estádios não atende de forma adequada ao interesse público.

Em virtude da indisponibilidade do interesse público, advem que os poderes conferidos ao administrador público recebem um caráter de poder-dever, sendo poderes que ele não pode deixar de utilizar, sob pena de omissão, ou seja, se o interesse público exige uma ação e o administrador público possui os meios para agir, não lhe é facultado omitir-se.

Pelo poder-dever do administrador público, ele tem o poder de optar por uma forma ou outra de aplicação dos recursos, mas tem o dever de que esta aplicação atenda ao interesse público, e não de um grupo determinado, e menos ainda, de grupos privados, que possuem renda para arcar com suas despesas.

Outro princípio ao qual o administrador público está indelevelmente ligado é o da eficiência, pelo qual seu modo de atuar, que se espera seja o melhor possível no fito de atingir os resultados. Deve considerar todos os fatores relacionados à sua área de atuação, à quantidade e qualidade dos meios disponíveis e, conseqüentemente, optar pela melhor forma de aplicar estes meios.

Encontra-se abrigo ainda nos ensinamento de Di Pietro para buscar o conceito de Serviço Público, sendo por ela definido como “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus

delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.” (DI PIETRO, 2006, p. 90)

Entende-se que o policiamento durante partidas de futebol, nos moldes atuais, não é eficiente, pois deixa fragilizada a segurança coletiva, em benefício de entidades privadas com fins lucrativos.

Não há nenhuma vedação à atuação das Polícias Militares no interior dos estádios de futebol, estando esta adstrita ao poder discricionário do administrador público. Da mesma forma, não há nada que obrigue o Estado a fornecer tal segurança, ficando a concessão circunscrita ao poder discricionário do administrador público.

Desta forma, estando dentro do poder discricionário, o administrador público deve, obrigatoriamente, medir a envergadura de suas atribuições, sopesadas com a quantidade de meios a ele disponíveis e, se considerar possível, poderá atender a solicitação de realizar a segurança interna do estádio de futebol.

Considerando que atualmente o efetivo da Polícia Militar do Paraná não é suficiente para fazer frente à sua missão – policiamento em locais públicos – somado à missão de realizar a segurança dentro dos estádios de futebol – que é missão de cunho privado. Por este motivo, conclui-se que a segurança no interior dos estádios de futebol deve ser repassada à iniciativa privada, a qual poderá realizar com qualidade tal tarefa, deixando livres as forças públicas para realizar o policiamento externo, o qual será realizado com maior qualidade do que atualmente, pelo incremento no efetivo disponível.

6.2 SEGURANÇA PRIVADA

Para que a iniciativa privada possa assumir a tarefa de realizar a segurança no interior dos estádios de futebol, além da contratação de pessoal, outras medidas de cunho administrativo e operacional podem ser tomadas, medidas estas que os clubes ainda não tomaram por motivos publicitários e econômicos, visto que a segurança ainda não lhes é atribuída.

Dentre estas medidas, pode-se citar a realização de jogos sem torcida do time visitante, o que contribuiria fortemente não apenas para a segurança interna dos estádios, mas também para a segurança externa, diminuindo a movimentação e confronto de torcedores.

Tal medida já foi proposta, várias vezes, a diversos dirigente de clubes de futebol, não sendo aceita pelo fato de que poderia redundar em diminuição da renda e dos lucros dos clubes.

Outra medida seria a punição, ainda mais rápida e severa, para os clubes, com penas de perda de mando de jogo, em casos de incitação da violência por parte de atletas, dirigentes ou funcionários, bem como a mesma medida para atos irregulares de torcedores.

Medida salutar seria também um maior controle, por parte dos clubes, de suas Torcidas Organizadas, as quais, não raras vezes, promovem atos de vandalismo e violência contra outros torcedores, bens públicos e privados e até contra si mesmos.

Este controle deve ser implementado por meio do credenciamento, correto, completo e auditado de todos os seus integrantes, bem como pelo monitoramento deste torcedores no interior dos estádios e arredores.

Deve-se ainda exigir que os clubes e federações invistam parte de sua renda em campanhas educativas, no escopo de mudar a atitude dos torcedores, incentivando comportamentos adequados e informando-os das conseqüências de seus atos, para os clubes e para os possíveis infratores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal**. de 05 Out. 1988. 27. ed. rev. Brasília: Saraiva, 2007.
- BRASIL. Decreto n. 4.960, de 19 de Jun. 2004. **CONSEGUE**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Decreto-lei n. 667, de 02 Jul. 1969. **Lei Básica das Polícias Militares**. Mini Códigos. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.
- BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de Dez. 1940. **Código Penal Brasileiro**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Decreto-lei n. 3.688, de 13 de Out. 1941. **Lei de Contravenções Penais**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Decreto-lei n. 88.777, de 30 Set. 1983. **Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – R-200**. Mini Códigos. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.
- BRASIL. Lei Complementar Federal n. 95, de 25 Fev. 1998. **Regula a Redação Legislativa**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Lei Federal n. 1.521, de 26 Dez. 1951. **Crimes Contra a Economia Popular**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Lei Federal n. 5.172, de 25 Out. 1966. **Código Tributário Nacional**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Lei Federal n. 9.615, de 24 Mar. 1998. **Lei Pelé**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Lei Federal n. 10.671, de 15 Maio 2003. **Estatuto do Torcedor**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- BRASIL. Lei Federal n. 8.429, de 02 Jun. 1992. **Lei de Improbidade Administrativa**. Vade Mecum. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.
- DEFrance, Jaques. **O gosto pela violência**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUNNING, E. MURPHY, P. e WILLIAMS, J. **La violence des spectateurs lors des matchs de football: vers une explication sociologique**. São Paulo: Fayzrd, 1994.
- FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL. **Normas Especiais para o Campeonato Paranaense/2007**. Curitiba. Disponível em

<http://www.federacaopr.com.br/index.php?system=news&news_id=524&action=read>. Acesso em: 24 Fev. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE. **Ofício n. 1715**. De 31 Out. 2006. Curitiba: 2006.

PARANÁ. **Constituição Estadual**. de 05 Out. 1989. ed. especial rev. Curitiba: Juruá, 2007.

PARANÁ. Lei Estadual n. 1.943, de 23 Jun. 1954. **Código da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba. Disponível em <[wttp://www.casacivil.pr.gov.br](http://www.casacivil.pr.gov.br)>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

PARANÁ. Lei Estadual n. 10.236, de 28 Dez. 1992. **Institui a taxa de segurança preventiva**. Curitiba. Disponível em <[wttp://www.casacivil.pr.gov.br](http://www.casacivil.pr.gov.br)>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

PARANÁ. Lei n. 6.774, de 08 Jan. 1976. **Organização básica da Polícia Militar do Paraná**, Curitiba. Disponível em <[wttp://www.casacivil.pr.gov.br](http://www.casacivil.pr.gov.br)>. Acesso em: 15 Jan. 2008.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência. Sociedade e Estado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. **Resolução n. 001-SSP/RS/2007**, Porto Alegre. Disponível em <[wttp://www.ssp.rs.gov.br/edtleis/1188305744resolucao.pdf](http://www.ssp.rs.gov.br/edtleis/1188305744resolucao.pdf)>. Acesso em: 05 Out. 2007.

SARAIVA, Railda. **Poder, violência e criminalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOUZA, Gustavo L. P. Estatuto do Torcedor: Uma Realidade. **Consulex**. Brasília, DF, ano 9, n. 196, p. 18, Mar. 2005.

SANTOS, Tavares dos, José Vicente. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: v. 9, n. 1, 1997.

TOLEDO, L. H. **Torcidas Organizadas de Futebol**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

ZALAYA, Guillermo Nicolas. **Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO / CAO

Prezado Oficial, hodiernamente freqüentando o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), no fito de coletar informações atinentes ao tema “EMPREGO DE POLICIAIS MILITARES EM PARTIDAS DE FUTEBOL - OBRIGATORIEDADE OU FACULDADE?”, solicito sua colaboração em responder o presente questionário.

Instruções de preenchimento:

- a. Não há necessidade de identificação pessoal do respondente;
- b. Solicita-se que seja respondido com base em suas experiências práticas e/ou em dados que possua em sua Unidade PM;
- c. Após cada questão há um espaço destinado a registrar possíveis comentários do respondente;
- d. Dúvidas ou sugestões poderão ser encaminhadas via e-mail abreunig@pm.pr.gov.br ou via telefone: (41) 3304-4731 ou 9905-5348.

1. Unidade PM em que trabalha: _____;

2. Quantas vezes o senhor participou de Operações PM em partidas de futebol profissional?

- a. () menos de 10 vezes.
- b. () de 11 a 20 vezes.
- c. () mais de 20 vezes.

3. Indique os locais com maior incidência de ocorrências PM durante Operações PM em partidas de futebol profissional, mesmo ocorrências que não sejam registradas em Boletim de Ocorrência. Utilize números de 1 a 7, indicando com o número 1 o local de maior incidência e, na sequência, os de menor incidência.

- a. () dentro do campo de jogo;
- b. () na área externa, em uma distância de até 100m do estádio;
- c. () na área externa, em uma distância superior a 100m do estádio;
- d. () na torcida organizada;
- e. () nos bares;
- f. () na divisão de torcidas;
- g. () nas catracas.

4. Atualmente, em qual local emprega-se maior efetivo PM durante Operações PM em partidas de futebol profissional?

- a. ☐ dentro do estádio;
 - b. ☐ nas imediações do estádio;
 - c. ☐ em locais públicos como avenidas, terminais de ônibus e parques.
-
-

5. Na sua visão, em qual local deveríamos alocar maior efetivo PM durante Operações PM em partidas de futebol profissional?

- a. ☐ dentro do estádio;
 - b. ☐ nas imediações do estádio;
 - c. ☐ em locais públicos como avenidas, terminais de ônibus e parques.
-
-

6. O emprego da PM dentro dos estádios de futebol é feito de forma.

- a. ☐ satisfatória;
 - b. ☐ regular;
 - c. ☐ insatisfatória.
-
-

7. O emprego da PM, durante Operações PM em partidas de futebol profissional, fora do estádio, é feito de forma.

- a. ☐ satisfatória;
 - b. ☐ regular;
 - c. ☐ insatisfatória.
-
-

8. A PM possui efetivo suficiente para realizar, de forma satisfatória, policiamento dentro e fora dos estádios de futebol?

- a. ☐ sim;
 - b. ☐ não;
 - c. ☐ não sei.
-
-

9. O Sr. Considera que é missão da PM realizar Operações no interior de estádios de futebol?

- a. ☐ sim;
 - b. ☐ não;
 - c. ☐ não sei.
-
-

Muito Obrigado.